



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Meritíssimo Tuz Presidente do

Tribunal Judicial

Distribuição:

Todos os Tribunais Judiciais de Província, Menores,
Polícia e Cidade de Maputo.

Ofício nº. 792 /GSG/99

Assunto: Envio da Circular Nº. 01/99

Para os devidos efeitos, tenho a honra de remeter a V.Excia a Circular
nº. 01/99. de 1 de Outubro de 1999.

Com os melhores cumprimentos.

Maputo, 6 de Outubro de 1999



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

CIRCULAR Nº. 01/99

PREÂMBULO

.....

A Constituição da República fixa, como objectivo dos tribunais, garantir e reforçar a legalidade como instrumento da estabilidade jurídica, garantir o respeito pelas leis, assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos, assim como os interesses jurídicos dos diferentes órgãos e entidades com existência legal. Os tribunais, penalizando a violação da legalidade e decidindo pleitos de acordo com o estabelecido na lei, contribuem decisivamente para uma justa e harmoniosa convivência social.

O cumprimento cabal da nobre função de administrar justiça exige um desempenho abnegado de todos os juízes e funcionários de justiça e não se compadece com violações sistemáticas das leis, dos princípios éticos e das normas deontológicas que informam o exercício da actividade judicial.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no nº. 1 do artigo 13 da Lei nº. 10/92, de 6 de Maio, determino o seguinte:

1. Os juízes e oficiais de justiça com funções de chefia devem assegurar o cumprimento dos princípios éticos e das normas deontológicas que norteiam o exercício das suas actividades para o que deverão, eles próprios, assumir um comportamento exemplar e divulgar as normas do Estatuto dos Magistrados Judiciais e Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e, ainda, as diversas directivas emanadas dos órgãos superiores.
2. De entre outras normas e directrizes recomenda-se, em especial as que incidem sobre:

- a) *assiduidade e pontualidade;*
- b) *o cumprimento atempado das tarefas, nomeadamente, a proferição atempada dos despachos e a realização, dentro dos prazos, das diligências;*
- c) *o respeito e urbanidade no trato com os profissionais do foro e público;*
- d) *o respeito pelos superiores hierárquicos dentro e fora do serviço;*
- e) *o asseio e aprumo individuais, bem como assegurar que o ambiente do trabalho se mantenha devidamente limpo;*
- f) *a pronta comunicação a quem de direito de quaisquer actos conhecidos que atentem contra as normas legais e directrizes superiores;*
- g) *a defesa dos fundos e bens do tribunal ou a este confiados.*

3. Os magistrados devem despachar os papéis e processos segundo a ordem de entrada. Exceptuam-se os casos cuja natureza exija maior urgência ou aqueles cuja complexidade requeira mais tempo de estudo.
4. As diligências e julgamentos devem ser marcados por forma a evitar que os advogados, as partes e demais intervenientes sejam sujeitos, injustificadamente, a situações de delonga.
5. Os juízes e oficiais de justiça devem ter a sua agenda organizada por forma a que seja exibida, a quem de direito, quando para tanto forem solicitados.
6. Os Juízes-Conselheiros devem sistematizar as deficiências técnicas que detectarem nos processos que tenham subido em recurso ao Tribunal Supremo.
7. Os juízes e oficiais de justiça devem observar, com rigor, as orientações de natureza técnico-processual contidas nos acórdãos proferidos pelos tribunais de 2ª instância, sendo que, a inobservância desse dever acarreta responsabilidade disciplinar.
8. Os escrivães devem, pelo menos uma vez por semana, verificar o número de mandados entregues aos oficiais de diligências e certificar-se do grau do seu cumprimento e da veracidade das certidões negativas, devendo, para o efeito, organizar um mapa próprio a ser exibido sempre que for superiormente solicitado.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

CIRCULAR Nº. 01/99

PREÂMBULO

.....

A Constituição da República fixa, como objectivo dos tribunais, garantir e reforçar a legalidade como instrumento da estabilidade jurídica, garantir o respeito pelas leis, assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos, assim como os interesses jurídicos dos diferentes órgãos e entidades com existência legal. Os tribunais, penalizando a violação da legalidade e decidindo pleitos de acordo com o estabelecido na lei, contribuem decisivamente para uma justa e harmoniosa convivência social.

O cumprimento cabal da nobre função de administrar justiça exige um desempenho abnegado de todos os juízes e funcionários de justiça e não se compadece com violações sistemáticas das leis, dos princípios éticos e das normas deontológicas que informam o exercício da actividade judicial.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no nº. 1 do artigo 13 da Lei nº. 10/92, de 6 de Maio, determino o seguinte:

1. Os juízes e oficiais de justiça com funções de chefia devem assegurar o cumprimento dos princípios éticos e das normas deontológicas que norteiam o exercício das suas actividades para o que deverão, eles próprios, assumir um comportamento exemplar e divulgar as normas do Estatuto dos Magistrados Judiciais e Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e, ainda, as diversas directivas emanadas dos órgãos superiores.
2. De entre outras normas e directrizes recomenda-se, em especial as que incidem sobre:

9. O envio mensal dos mapas do movimento processual ao Tribunal Supremo deve ser assegurado pelos escrivães e supervisionado pelos juízes.
10. Os juízes e escrivães devem comunicar ao Tribunal Supremo, em tempo oportuno, a acusação, registo e cumprimento das circulares e directivas.
11. A inobservância, pelo juiz ou funcionário judicial, do dever de comunicação de actos ou omissões que atentam contra as normas legais e directrizes superiores, será objecto de procedimento disciplinar.
12. Cada tribunal deve ter uma sessão semanal de estudo das normas deontológicas - do Estatuto dos Magistrados Judiciais, do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado, da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, do Regulamento das Inspecções Judiciais, das circulares e directivas de interesse geral, com duração mínima de 60 e máxima de 90 minutos. De cada estudo deve ser elaborada uma acta, a arquivar em pasta própria, contendo as principais questões levantadas.
13. A presente circular deve ser estudada em reunião geral dos magistrados e funcionários do tribunal.

Digne-se ainda V.Ex^a. acusar a recepção da presente circular, que é de execução permanente e como tal deve ser registada em livro próprio.

Maputo, 1 de Outubro de 1999

O Presidente,

Mário Fumo Bartolomeu Mangaze